



Cassação de Delcídio passa no Conselho de Ética do Senado

Processo pela perda de mandato do senador segue agora para a Comissão de Constituição e Justiça e, se aprovado, vai a Plenário. Advogados vão recorrer ao STF

O Conselho de Ética aprovou ontem a recomendação para cassação de mandato do senador Delcídio do Amaral por quebra de decoro parlamentar. Foram 13 votos favoráveis, 1 abstenção e 1 ausência. O processo segue para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e, se aprovado, vai a Plenário. Para o relator do processo, Telmário Mota, Delcídio abusou das prerrogativas constitucionais ao ter uma conversa incompatível com a conduta de um

parlamentar. A prova da conversa é uma gravação em que Delcídio oferece a Bernardo Cerveró ajuda para que seu pai, Nestor Cerveró, ex-diretor da Petrobras, saia do país sem fechar acordo de delação premiada na Operação Lava Jato. Delcídio não compareceu à reunião e seus advogados propuseram apenas perda temporária do mandato, alegando que não houve enriquecimento ilícito. Disseram ainda que vão recorrer ao Supremo, pois consideram a gravação uma prova ilegal. **3**



Telmário Mota, João Alberto Souza e Paulo Rocha compuseram a mesa na sessão do Conselho de Ética que aprovou processo

Jefferson Rudy/Agência Senado



O ex-presidente da OAB Marcello Lavenère fala no Senado, ao lado dos senadores Anastasia e Lira (ambos no centro)

Para juristas, impeachment carece de base legal

Os três juristas que falaram ontem na Comissão Especial do Impeachment a convite da base governista afirmaram que não há razões jurídicas para a destituição da presi-

dente Dilma Rousseff. Para eles, o pedido de impedimento é levado adiante pelos grupos que foram derrotados pela presidente nas eleições de 2014. **4 e 5**

Senado é pioneiro em novo serviço do Twitter **2**

Adiada análise de MP sobre contratos de leniência **6**

Limite ao uso de internet fixa divide opiniões de debatedores

A possibilidade de limite ao consumo de internet banda larga fixa no país provocou intenso debate entre representantes de consumidores e de operadoras do serviço, em audiência pública promovida ontem por três comissões do Senado.

limitar o consumo, alegaram que a rentabilidade do serviço é comprometida pelo uso ilimitado. Para institutos de defesa do consumidor, a medida, se entrar em vigor, vai prejudicar grande parte da população brasileira, especialmente a mais pobre. A Anatel está analisando a questão. **8**

As empresas, que querem

Encartada neste número, revista *Em Discussão!*



Comissão já pode analisar Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2017

Os nomes dos senadores e deputados que integram a nova composição da Comissão Mista de Orçamento foram lidos ontem no Plenário. Com isso, a CMO já pode se dedicar à análise da Lei de Diretrizes

Orçamentárias para o próximo ano. Também está pendente de avaliação pelo colegiado medida provisória que abre crédito de R\$ 180 milhões para a Presidência da República e o Ministério do Esporte. **2**



Representante das empresas de telefonia fala na audiência conjunta do Senado

Audiência hoje discute direitos de passageiro de voo **7**

Projeto reajusta valores-limites para licitações **3**

Concessões no setor elétrico são tema de debate **6**

Música e artes visuais entram no currículo escolar **2**

Roque de Sá/Agência Senado

Waldemir Barreto/Agência Senado



A ideia é que os usuários possam acompanhar com mais facilidade e em tempo real o debate político travado na Casa

Perfil do Senado é pioneiro em parceria com o Twitter

Conta pública da instituição é a primeira desse tipo a participar do serviço Moments, ferramenta extra do microblog que destaca os acontecimentos mais relevantes entre os tuítes enviados

AS COBERTURAS DA Comissão do Impeachment e da audiência pública sobre o fim da internet ilimitada marcaram ontem o início da participação do Senado no serviço Moments, do Twitter. O Moments é uma ferramenta extra dentro do microblog que destaca os acontecimentos mais importantes na internet entre as centenas de milhares de tuítes enviados diariamente. A curadoria é feita manualmente por uma equipe de jornalistas do próprio Twitter

e por parceiros da plataforma. Os tuítes produzidos pelo perfil oficial do Senado integram a primeira conta de um órgão público a ter acesso direto ao Moments no país. A ideia é que os usuários possam acompanhar com mais facilidade e em tempo real o debate político na Casa, com seleção de tuítes e montagem de narrativas sobre os assuntos mais relevantes. O Brasil foi o segundo país, atrás dos Estados Unidos, a ter acesso ao Moments. Até

a estreia do Senado ontem, somente alguns dos principais veículos de comunicação brasileiros podiam fazer essa curadoria. As principais redes sociais em que o Senado atua são o Facebook e o Twitter. A Casa também está presente no Instagram, no Pinterest, no YouTube e no Flickr. A principal fonte de conteúdo é o Portal de Notícias do Senado. O trabalho da equipe de mídias sociais é adaptar o conteúdo à linguagem de cada rede social.

Artes visuais e música farão parte do currículo

Foi publicada ontem a Lei 13.278/2016, que inclui as artes visuais, a dança, a música e o teatro nos currículos dos diversos níveis da educação básica. A nova lei altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB — Lei 9.394/1996), estabelecendo prazo de cinco anos para que os sistemas de ensino promovam a formação de professores para implantar esses componentes curriculares nos ensinos

infantil, fundamental e médio. A lei tem origem no substitutivo da Câmara dos Deputados (SCD)14/2015 ao Projeto de Lei do Senado (PLS) 337/2006, aprovado no início de abril pelo Plenário. O texto foi sancionado ontem pela presidente Dilma Rousseff e vale a partir da data de publicação. A legislação já prevê que o ensino da arte, especialmente em nas expressões regionais, seja componente curricular obrigatório na educação

básica, “de forma a promover o desenvolvimento cultural dos alunos”. A proposta original, do ex-senador Roberto Saturnino, explicitava como obrigatório o ensino de música, artes plásticas e artes cênicas. A Câmara dos Deputados alterou o texto para “artes visuais” em substituição a “artes plásticas”, e incluiu a dança, além da música e do teatro, já previstos no texto, como as linguagens artísticas que deverão estar presentes nas escolas. Para o relator da matéria na Comissão de Educação (CE), Cristovam Buarque (PPS-DF), a essência da proposta foi mantida no substitutivo da Câmara.

— Esse é um projeto que só traz vantagens, ao incluir o ensino da arte nos currículos das escolas. Sem isso, não vamos conseguir criar uma consciência, nem ensinar os nossos jovens a deslumbrar-se com as belezas do mundo, o que é tão importante como fazê-los entender, pela ciência, a realidade do mundo — observou Cristovam, na discussão da matéria em Plenário.



Pelo texto, ensino de arte promove o desenvolvimento cultural dos alunos

Com novos membros, Comissão de Orçamento pode analisar LDO

Foram lidos ontem no Plenário do Senado os nomes dos deputados e senadores da nova gestão da Comissão Mista de Orçamento (CMO). Pelo Senado, serão titulares Waldemir Moka (PMDB-MS), Romero Jucá (PMDB-RR), Eunício Oliveira (PMDB-CE), Donizeti Nogueira (PT-TO), Telmário Mota (PDT-RR), Ricardo Franco (DEM-SE), Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE), Wellington Fagundes (PR-MT) e Gladson Cameli (PP-AC).

Com os novos membros, a comissão deve voltar as atenções para a análise do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2017. A Comissão Mista de Orçamento também analisa as medidas provisórias que tratam da abertura de créditos extraordinários. Uma delas, a Medida Provisória 722/2016, que abre crédito de R\$ 180 milhões para a Presidência da República e para o Ministério do Esporte, aguarda análise do colegiado.



Pedro França/Agência Senado

A tocha olímpica passa pelo Congresso Nacional durante trajeto de 105 quilômetros em que percorreu os principais monumentos do Distrito Federal. O fogo foi carregado por medalhistas olímpicos, representantes indígenas e estudantes do Distrito Federal, entre outros.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



- CI Voos domésticos**
8h30 Audiência pública para discutir mudanças nos direitos dos passageiros em voos domésticos.
- CAS Assistência odontológica**
9h Em pauta, o PLC 34/2013, que dispõe sobre a obrigação de assistência odontológica a todos os pacientes internados.
- CDR Economia de água**
9h Entre os itens que podem ser votados, o PLC 51/2014, que obriga o uso de torneiras com vedação automática de água em todos os banheiros de uso coletivo.
- CCI Caso Delcídio do Amaral**
9h30 A comissão analisa a Representação 1/2015, que requer procedimento disciplinar contra o senador Delcídio do Amaral. Depois, sabatina de Carlos Paz para o cargo de defensor público-geral federal.
- MP 706 Energia elétrica**
10h Apreciação de relatório sobre a MP 706/2015, que dispõe sobre as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica.
- CDH Democracia e direitos humanos**
10h Audiência pública sobre democracia e direitos humanos, com foco na cultura. Às 14h, audiência pública com foco em políticas públicas para as mulheres, juventude e igualdade racial.
- IMPEACHMENT Relatório**
13h30 Apresentação e leitura de relatório do senador Antonio Anastasia.
- PLENÁRIO Desvinculação de receitas**
14h Sessão deliberativa. Na pauta, a PEC 143/2015, que permite a estados e municípios aplicar em outras despesas parte dos recursos de áreas específicas, como saúde e educação.
- MP 714 Tarifa aeroportuária**
14h30 Plano de trabalho da comissão responsável pela MP 714/2016, que extingue o adicional de tarifa aeroportuária.
- MP 703 Acordo de leniência**
15h Relatório sobre a MP 703/2015, que dispõe sobre acordos de leniência.
- PRESIDÊNCIA Ordem do dia**
16h Renan Calheiros dirige a ordem do dia.

SESSÃO ON-LINE

- Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>
- Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

AUDIÊNCIAS INTERATIVAS

- Participe:** <http://bit.ly/audienciainterativa>
- Alô Senado: 0800 612211
- Acompanhe: • Portal e-Cidadania: senado.leg.br/ecidadania
- Facebook: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • Twitter: [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado)
- TV: senado.leg.br/TV

TV SENADO

A TV Senado transmite, a partir das 9h30, reunião da Comissão de Constituição e Justiça. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Conselho de Ética aprova cassação de Delcídio

Processo segue agora para a Comissão de Constituição e Justiça e, se também for aprovado, vai para o Plenário. Advogados anunciaram que vão recorrer da decisão ao STF

A RECOMENDAÇÃO PARA cassação de mandato do senador Delcídio do Amaral (sem partido-MS) foi aprovada ontem pelo Conselho de Ética e Decoro Parlamentar com 13 votos favoráveis e nenhum contrário. Houve também uma abstenção e uma ausência. O processo segue agora para a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), que marcou para hoje, às 9h30, reunião para verificar se o parecer respeita os aspectos constitucional, legal e jurídico. O prazo para essa avaliação é de até cinco sessões ordinárias.

Segundo o relator do processo, Telmário Mota (PDT-RR), não há dúvidas de que Delcídio abusou das prerrogativas constitucionais ao ter uma conversa incompatível com a conduta de um parlamentar. Faz parte do processo a gravação de uma conversa entre Delcídio e Bernardo Cerveró, filho de Nestor Cerveró, na qual o senador oferece ajuda para o ex-diretor da Petrobras sair do país e não fechar acordo de delação premiada na Lava Jato.

— Quando um senador se propõe a auxiliar na fuga de um criminoso e a intervir no funcionamento de um tribunal, ele não só atinge o decoro parlamentar, como também macula a imagem do Senado — argumentou Telmário.

O relator também considerou que Delcídio, como agente político, deveria estar sempre vigilante para evitar comportamento inadequado que viesse a respingar e contaminar a imagem do Legislativo.

— No entanto, ele ignorou seus deveres institucionais e colocou seus interesses privados em primeiro lugar.

Delcídio não compareceu à reunião do Conselho de Ética para apresentar defesa.



Telmário Mota, relator do processo, João Alberto Souza, presidente do Conselho de Ética, e Paulo Rocha, vice-presidente, na votação sobre mandato de Delcídio

A função coube a dois advogados. Eles propuseram uma pena mais branda — a perda temporária do mandato. Consideraram que Delcídio não é passível da punição máxima, uma vez que não há enriquecimento ilícito no caso.

Recursos

Os advogados informaram que vão recorrer da decisão do conselho na CCJ e no Supremo Tribunal Federal (STF). Eles disseram não haver provas legais que incriminem Delcídio.

— Esse processo disciplinar, sob a nossa ótica, carece de um mínimo necessário de provas e de elementos. O senador tem uma biografia sem jaça, enquanto muitos daqueles que o querem ver cassado estão com contas no exterior —, afirmou o advogado Antônio Augusto Figueiredo Basto.

Com a decisão de ontem, o processo contra Delcídio no Conselho de Ética foi encerrado. Se o projeto de resolução que decreta a perda de mandato for aprovado na CCJ, irá para inclusão na ordem do dia. Não

estão previstos prazos para a votação em Plenário.

A representação contra Delcídio foi apresentada em dezembro do ano passado pela Rede Sustentabilidade e pelo Partido Popular Socialista

(PPS). Alegaram que recaía sobre o senador, entre outras, a acusação de ter oferecido a Nestor Cerveró a facilitação de soltura, uma rota de fuga e uma mesada a seus familiares em troca de silêncio.

Prisão

Delcídio foi preso em novembro de 2015 e, depois de passar 85 dias detido em dependências da Polícia Federal e da polícia militar, foi solto e autorizado a responder as acusações em prisão domiciliar.

Também foi autorizado a trabalhar no Senado, mas com a obrigação de se recolher em casa à noite e em dias de folga, após um acordo de delação premiada com a Procuradoria-Geral da República. Desde então, tem apresentado atestados médicos ao Senado e está licenciado.

Como votaram os senadores

Nome (Partido)	Função	Voto
João Alberto Souza (PMDB-MA)	Presidente do Conselho de Ética	Abstenção
Telmário Mota (PDT-RR)	Relator do processo	Sim
José Pimentel (PT-CE)		Sim
Regina Sousa (PT-PI)		Sim
Lasier Martins (PDT-RS)		Sim
Paulo Rocha (PT-PA)		Sim
Otto Alencar (PSD-BA)		Sim
Sérgio Petecão (PSD-AC)		Sim
Davi Alcolumbre (DEM-AP)		Sim
Ataídes Oliveira (PSDB-TO)		Sim
Dalírio Beber (PSDB-SC)		Sim
Randolfe Rodrigues (Rede-AP)		Sim
João Capiberibe (PSB-AP)		Sim
Douglas Cintra (PTB-PE)		Sim
Romero Jucá (PMDB-RR)		Ausente

Valores de referência para licitações podem ser reajustados

Os valores-limites que definem a modalidade da licitação a ser adotada na contratação de obras e serviços ou nas compras feitas pelo poder público podem ser triplicados, segundo projeto em exame hoje na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), para decisão final.

Os valores de referência hoje praticados estão em vigor há 18 anos. Nesse período, os preços medidos pelo IPCA triplicaram em relação aos definidos na época da última alteração dos tetos, em 1998, como explica José Serra (PSDB-SP), autor do

PLS 604/2015. “Isso equivale a dizer que os valores de referência hoje constantes da Lei de Licitações são, em termos reais, apenas um terço do que

deveriam”, argumenta Serra na justificativa do projeto. A defasagem pode dificultar e onerar a gestão da administração pública.

Contratos da União, dos estados e dos municípios com a iniciativa privada podem ser feitos por meio de concorrência, tomada de preço ou convite, de acordo com o valor do bem ou serviço a ser adquirido. Há ainda a possibilidade de dispensa de licitação em contratos de baixo valor. O projeto eleva o valor de referência para as três modalidades e para dispensa de licitação:

O relator na CCJ, Romero Jucá (PMDB-RR), observa que todo processo licitatório tem um custo e a defasagem dos valores de referência onera ainda mais os entes públicos.

“A ausência de correção monetária dos valores-tetos das modalidades pode conduzir, no limite, a certames tão dispendiosos que anulam possíveis vantagens, em termos de preço, advindas da competição entre fornecedores”, avalia o relator.

Para Jucá, a mudança proposta no PLS 604/2015 não inviabiliza outras sugestões de reforma da Lei de Licitações (Lei 8.666/1993), que regula a compra de bens e a contratação de serviços pelos órgãos públicos. Ele apresentou duas emendas ao projeto, para correção de redação e técnica legislativa.

Limites

	LEI 8.666/1993	PLS 604/2015
OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA		
Dispensa de licitação	até R\$ 15 mil	até R\$ 45 mil
Convite	até R\$ 150 mil	até R\$ 450 mil
Tomada de preços	até R\$ 1,5 milhão	até R\$ 4,5 milhões
Concorrência	acima de R\$ 1,5 milhão	acima de R\$ 4,5 milhões
OUTROS SERVIÇOS E COMPRAS PÚBLICAS		
Dispensa de licitação	até R\$ 8 mil	até R\$ 24 mil
Convite	até R\$ 80 mil	até R\$ 240 mil
Tomada de preços	até R\$ 650 mil	até R\$ 1,95 milhão
Concorrência	acima de R\$ 650 mil	acima de R\$ 1,95 milhão

Não há base legal para impeachment, afirmam juristas

Especialistas que falaram a convite de parlamentares da base governista avaliaram que pedido de afastamento de Dilma é motivado por questões políticas e citaram que atos da presidente respeitaram entendimento do TCU

OS TRÊS JURISTAS que, a convite de senadores governistas, falaram ontem na Comissão Especial do Impeachment, no Senado, argumentaram que não há razões legais para o impedimento da presidente Dilma Rousseff.

Os convidados foram Marcello Lavenère, ex-presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Ricardo Lodi Ribeiro, presidente da Sociedade Brasileira de Direito Tributário, e Geraldo Luiz Mascarenhas Prado, professor de direito processual penal da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). A sessão durou mais de 12 horas.

Em 1992, Lavenère foi um dos autores do pedido de impeachment contra o então presidente e atual senador Fernando Collor (PTC-AL). Ele disse que a situação agora é diferente:

— No caso de Collor, havia crime praticado pelo presidente, com suas próprias mãos e falta de ética. Não existe isso agora.

Ele disse estar em curso “uma manobra urdida pelo inconformismo” com as eleições de 2014. Segundo Lavenère, a vítima estava escolhida e só faltava um motivo para justificar o processo.

O ex-presidente da OAB lembrou que em 1992 não apareceu nenhum jurista para defender Collor, ao contrário do que ocorre hoje com Dilma. Além disso, observou, nenhuma entidade, exceto a OAB, tem mostrado apoio ao impedimento da presidente.

— E tenho certeza de que logo a OAB vai perceber o erro e vai mudar — afirmou.

O advogado lembrou que o país estava unido durante o impeachment de Collor. Direita, esquerda, Maçonaria, estudantes, cientistas, juristas e trabalhadores apoiavam a destituição do presidente, disse ele. Hoje, ao contrário, acrescentou, o Brasil está rachado, com

famílias e amigos se dividindo em razão de uma “campanha ardilosa feita por uma mídia oligopolizada”:

— Essa imprensa golpista inoculou na população um sentimento de raiva e intolerância. Aos senadores, Lavenère fez uma comparação:

— Não havendo crime, quem adere a essa posição [impeachment] faz o mesmo que um médico que prescreve uma quimioterapia pesada para quem se apresenta com um simples corte na mão. A quimioterapia tem efeitos colaterais terríveis e nenhum médico a recomendaria se o paciente não padecesse de um grave mal.

O ex-presidente da OAB disse que nenhum defensor do impeachment realmente crê que a corrupção acabará e que os problemas do país serão solucionados após esse processo. Ele pediu cautela:

— Qual será o nosso *day after* [dia seguinte]? Se houver impeachment, quem fica com o prêmio? Como vai ser a Previdência? Quem acredita que a CLT [Consolidação das Leis do Trabalho] vai continuar defendendo os trabalhadores? Esse pedido tem o cofre e o cérebro fora do país. O cofre não está na Fiesp [Federação das Indústrias do Estado de São Paulo]. Está fora. O cérebro não está nos advogados que apertaram a denúncia. Está fora.

Maléfico

O professor da UFRJ Geraldo Luiz Mascarenhas Prado classificou de inepta a denúncia por crime de responsabilidade contra Dilma. No jargão jurídico, um ato inepto é aquele que contraria a lei.

Ele disse que uma das acusações, o atraso nos pagamentos do Plano Safra, precisa ser rejeitada liminarmente com base no Có-

digo de Processo Penal.

O jurista explicou que ações atribuídas a Dilma Rousseff são anteriores a outubro de 2015, quando o Tribunal de Contas da União (TCU) estabeleceu uma nova posição sobre os pagamentos do Plano Safra. Prado afirmou que a punição da presidente se apoiaria “numa situação de retroatividade maléfica do entendimento criminal”, proibida pelo Código de Processo Penal.

Delírio

Comentando os decretos de suplementação orçamentária baixados sem prévia autorização legislativa — outro ponto da denúncia —, o professor explicou que as verbas suplementares foram concedidas a pedido das Justiças Militar, Eleitoral e do Distrito Federal.

No entendimento de Prado, se a denúncia for seguida à risca, seria possível responsabilizar o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Ricardo Lewandowski e a ministra do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Nancy Andrighi, que participaram da reunião do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

— Por que a presidente, e não eles, já que, referindo-me a um aspecto da denúncia, qualquer tipo de ilação ligando uma pessoa a outra vale como vínculo de coautoria? Senhores, isso é um delírio! — afirmou o professor, para quem Lewandowski, Nancy e Dilma agiram corretamente.

Prado manifestou confiança de que os senadores não admitirão que o processo seja “um mero pretexto” para o afastamento.

O professor recomendou cautela com “a sedução da decisão que parece acalentar o espírito das pessoas” e citou o filósofo alemão Martin Heidegger, que disse que tinha que acompanhar



O presidente da comissão, Raimundo Lira, fala em reunião, ao lado de Wellington Fagundes (E) e Antonio Anastasia (2ª à esq.)

as maiores, referindo-se ao partido nazista.

— Acalantar esse tipo de solução, por mais sinceras que sejam as nossas intenções, e todos os senhores e senhoras aqui têm uma história de luta contra a ditadura, por mais que não queiramos que ela volte, não está no nosso controle impedir que ela retorne se não tivermos lealdade à Constituição — acrescentou.

Pegadinha

Ricardo Lodi Ribeiro, da Sociedade Brasileira de Direito Tributário, disse que não há razão para Dilma ser acusada de crime de responsabilidade porque as pedaladas fiscais (atrasos do governo no repasse de recursos para bancos públicos encarregados de executar políticas públicas) e a edição de decretos de abertura de créditos suplementares nunca foram antes considerados irregulares pelo TCU. Ele acrescentou que o TCU só mudou suas interpretações mais tarde. Para Ribeiro, as novas teses não podem ser aplicadas contra Dilma.

O presidente da Sociedade Brasileira de Direito Tributário afirmou que o TCU inovou no ano passado ao interpretar que não se

pode abrir crédito suplementar no momento em que o relatório bimestral de desempenho fiscal indicar descumprimento da meta de superavit. Segundo ele, a meta que vale para a apuração definitiva do resultado fiscal é a anual. E, como essa meta foi ampliada por uma lei aprovada no nosso controle impedir que ela retorne se não tivermos lealdade à Constituição — acrescentou.

— Seria possível que o mesmo Congresso que convalidou esses decretos diga hoje que eles são crime de responsabilidade? É pegadinha com a presidente da República? Primeiro aprovar e depois dizer que é crime? Evidentemente essa conduta não se traduz em violação da lei do Orçamento — afirmou.

Ribeiro, que também é professor de direito financeiro na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), criticou a “rigidez” irregulares pelo TCU. Ele acrescentou que o TCU só mudou suas interpretações mais tarde. Para Ribeiro, as novas teses não podem ser aplicadas contra Dilma.

O presidente da Sociedade Brasileira de Direito Tributário afirmou que o TCU inovou no ano passado ao interpretar que não se

seculares e iguais aos que se aplicam ao direito privado. Portanto, concluiu que não se pode agora criar uma conceituação diferente “para decretar o impeachment da presidente”. A prevalência desse novo conceito, disse, o governo jamais vai poder contratar um banco oficial para prestar determinado serviço.

— Isso porque a inadimplência contratual é uma possibilidade inerente a qualquer contrato. Isso quer dizer, então, que o poder público jamais poderá ser devedor de um banco público, que o governo só poderia contratar bancos privados, o que obviamente ninguém está a sustentar.

No caso dos atrasos de repasses para compensar subsídios pagos pelo Banco do Brasil aos agricultores atendidos pelo Plano Safra em 2015, fato expressamente citado no pedido de impeachment, ele observou que não se pode nem sequer atribuir autoria de crime à presidente. Isso porque as normas do programa são editadas pelo Conselho Monetário Nacional e as regras executivas cabem ao Ministério da Fazenda. Quanto aos pagamentos, a responsabilidade é do ministro da Fazenda, sem ato presidencial.

— Na verdade, falece competência à Presidência da República para praticar esse ato. Não há delegação, senhores. A competência é legalmente atribuída ao ministro da Fazenda. Não há nenhum ato da presidente da República no âmbito do Plano Safra.

O senador Cristovam Buarque (PPS-DF) citou o encarte que o **Jornal do Senado** publicou na segunda-feira sobre os 190 anos da inauguração do Senado, que se comemoram nesta semana:

— O **Jornal do Senado** lembra que na primeira sessão dom Pedro I pediu aos senadores que se preocupassem com duas coisas: a educação da mocidade e as contas nacionais. Eu imagino a cara de assombro de dom Pedro I chegando hoje aqui e vendo nós, senadores, discutindo justamente irresponsabilidades nas contas públicas, o que leva ao desafio trágico de um impeachment.

Marcos Oliveira/Agência Senado

Análise de “conjunto da obra” como critério de julgamento gera divergências

Os três juristas endossaram manifestação das senadoras Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) e Gleisi Hoffmann (PT-PR), que criticaram a tese de exame do processo de impeachment pelo “conjunto da obra” do governo Dilma, sem evidências de crime de responsabilidade. Fátima Bezerra (PT-RN) questionou se isso não significaria “jogar no lixo” a luta pela democracia.

Alvaro Dias (PV-PR) argumentou que as manifestações de rua asseguram o apoio da população ao impeachment.

— Não podemos ignorar o conjunto da obra, de assaltos praticados impunemente nos últimos anos — disse Alvaro.

Ronaldo Caiado (DEM-GO) apresentou gráficos mostrando que a dívida decorrente das

pedaladas fiscais entrou em 2015 em curva ascendente. Para José Medeiros (PSD-MT), as pedaladas fiscais fazem parte do arsenal utilizado pelo governo que “quebrou a economia”. Zeze Perrella (PTB-MG) disse que os juristas mostraram-se convincentes nos argumentos jurídicos. Por isso, avaliou, os senadores precisarão recorrer ao exame do “conjunto da obra”.

Para Aloysio Nunes (PSDB-SP), a crise política brasileira está sendo resolvida “dentro dos parâmetros constitucionais”. E Magno Malta (PR-ES) disse que Dilma mentiu nas eleições de 2014 ao camuflar a economia.

— Por que temos hoje 11 milhões de desempregados? Porque ela pedalou e mentiu no processo eleitoral — afirmou.

Telmário Mota (PDT-RR) lembrou que a denúncia trata dos seis créditos suplementares e das pedaladas fiscais e disse que esse foram os mesmos procedimentos adotados por mais de 15 anos. Segundo ele, quem atribuir à presidente crime que ela jamais praticou.

Para Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), a ampla defesa e o contraditório foram garantidos no processo. Apesar disso, disse o senador, os chamados para defender a presidente desperdiçam a oportunidade de apresentar argumentos plausíveis.

Lindbergh Farias (PT-RJ) alegou que, se mudanças de entendimento do TCU se deram em outubro de 2015, não é possível condenar o governo por algo ocorrido antes disso.

Humberto Costa (PT-PE) afirmou que o processo contra Dilma está abrindo um precedente perigoso por considerar aspecto meramente político, o que também ameaça os governos estaduais e municipais. Já Marta Suplicy (PMDB-SP) ressaltou que o impeachment depende de embasamento jurídico, mas também requer uma base política.

Dário Berger (PMDB-SC) destacou o desejo de mudanças diante da falta de esperança. Waldemir Moka (PMDB-MS), Eduardo Amorim (PSC-SE), Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) e Cristovam Buarque defenderam a legitimidade do impeachment. As últimas horas da reunião foram presididas por Rose de Freitas (PMDB-ES).

Rejeitado pedido de senadora para suspender processo de impedimento

A Comissão Especial do Impeachment rejeitou questões de ordem apresentadas por Vanessa Grazziotin que pediam a suspeição do relator, Antonio Anastasia, e a suspensão do processo de impeachment porque as contas de 2015 da presidente Dilma Rousseff ainda não foram analisadas pelo TCU, pela Comissão Mista de Orçamento (CMO) e pelo Congresso Nacional.

O presidente da comissão, Raimundo Lira (PMDB-PB), lembrou que a questão da suspeição do relator já havia sido

decidida em outra reunião. No caso do pedido para suspender o processo, a decisão final coube ao Plenário da comissão, que confirmou a posição do presidente.

Segundo Vanessa, não seria possível analisar a edição de decretos de suplementação orçamentária pela presidente Dilma Rousseff em 2015 — um dos fundamentos do pedido de impeachment — porque as contas presidenciais referentes a esse ano nem sequer foram analisadas pelo TCU, pela CMO e pelo próprio Con-

gresso Nacional. Ela também questionou o fato de o pedido de impeachment ter sido protocolado em outubro e aceito pelo presidente da Câmara dos Deputados, deputado Eduardo Cunha, em dezembro, antes mesmo do fim de 2015, o que tornaria impossível avaliar o cumprimento de metas fiscais.

— Vejam os senhores o circo que está querendo se montar. Onde está o princípio da anuidade? Tentaram explicar ontem [em audiência com especialistas favoráveis ao impeachment] e não conseguiram.

Presença de representantes do governo volta a motivar debate no colegiado

O acesso de representantes do Ministério da Justiça, do Tribunal de Contas da União (TCU) e da Advocacia-Geral da União à sala da Comissão Especial do Impeachment voltou a motivar debates no colegiado. No início da reunião de ontem, a senadora Gleisi Hoffmann lamentou que senadores da oposição tenham afirmado que os servidores estariam “prestando assessoria à base do governo”.

Ronaldo Caiado e José Medeiros voltaram a atacar a presença dos assessores nas reuniões da comissão.

— A Advocacia-Geral da União não deveria estar defendendo a pessoa física da presidente Dilma. Foi distribuído, sim, um manual só para os senadores da base, formando os senadores da base do governo em advogados — sustentou Medeiros.

O presidente da Comissão Especial do Impeachment, senador Raimundo Lira, afirmou que se trata de questão esclarecida e superada e registrou que a presença de assessores legislativos de órgãos do governo é permitida há muitos anos no Congresso em todas as comissões.

O acesso de representantes do Ministério da Justiça, do Tribunal de Contas da União (TCU) e da Advocacia-Geral da União à sala da Comissão Especial do Impeachment voltou a motivar debates no colegiado. No início da reunião de ontem, a senadora Gleisi Hoffmann lamentou que senadores da oposição tenham afirmado que os servidores estariam “prestando assessoria à base do governo”.

Ronaldo Caiado e José Medeiros voltaram a atacar a presença dos assessores nas reuniões da comissão.

— A Advocacia-Geral da União não deveria estar defendendo a pessoa física da presidente Dilma. Foi distribuído, sim, um manual só para os senadores da base, formando os senadores da base do governo em advogados — sustentou Medeiros.

O presidente da Comissão Especial do Impeachment, senador Raimundo Lira, afirmou que se trata de questão esclarecida e superada e registrou que a presença de assessores legislativos de órgãos do governo é permitida há muitos anos no Congresso em todas as comissões.

— É um procedimento da Casa, não da comissão. Conforme já havia informado em reunião anterior, estão autorizados a acompanhar os trabalhos do colegiado um assessor por senador, um assessor por liderança, dois assessores do Ministério da Justiça, dois do Tribunal de Contas da União

e quatro da Advocacia-Geral da União.

Lindbergh Farias reforçou que proibir a presença dos servidores seria cerceamento de defesa. Outro assunto que veio à tona na manhã de ontem foram notícias divulgadas por veículos de comunicação de que o governo estaria apagando dados

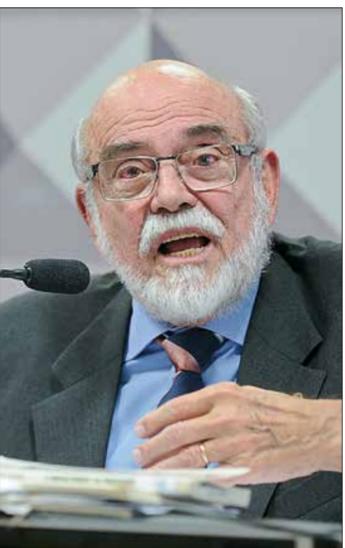
Cássio Cunha Lima classificou como “pueril” o questionamento feito por Vanessa. Ele afirmou que não se pode confundir a exigência de parecer prévio do TCU para aprovação das contas presidenciais com os atos analisados no processo de impeachment.

— É possível ter a aprovação das contas e o Congresso entender que houve crime de responsabilidade — afirmou Cássio, que também chamou a nova tentativa de afastar Anastasia da relatoria de “visível manobra de procrastinação”.

— Essa acusação não para em pé. Nos governos Lula e Dilma, evoluíram muito os mecanismos de controle — afirmou Gleisi.

e informações estratégicas da administração para dificultar uma eventual gestão do vice-presidente da República, Michel Temer.

— Essa acusação não para em pé. Nos governos Lula e Dilma, evoluíram muito os mecanismos de controle — afirmou Gleisi.



Os juristas Geraldo Luiz Mascarenhas Prado, Ricardo Lodi Ribeiro e Marcello Lavenère falam na Comissão Especial do Impeachment em defesa da presidente Dilma Rousseff



Senadores da base governista, Lindbergh Farias, Gleisi Hoffmann e Vanessa Grazziotin conversam na comissão especial

Comissão vota regras a empresas investigadas

Parecer sobre a medida provisória que viabiliza os chamados acordos de leniência, previstos na Lei Anticorrupção, provocou polêmica e a votação foi adiada para hoje

SEM ENTENDIMENTO SOBRE as regras que permitem a empresas investigadas por atos de corrupção dos seus dirigentes, como no caso da Operação Lava Jato, continuarem produzindo e preservando empregos, os integrantes da comissão mista da MP 703/2015 adiaram para hoje, a partir das 15h, a avaliação do parecer do deputado Paulo Teixeira (PT-SP). O relatório da MP que objetiva viabilizar os chamados acordos de leniência, previstos na Lei Anticorrupção (12.846/2013), causou divergências entre os parlamentares reunidos ontem e um grupo decidiu pedir vista coletiva.

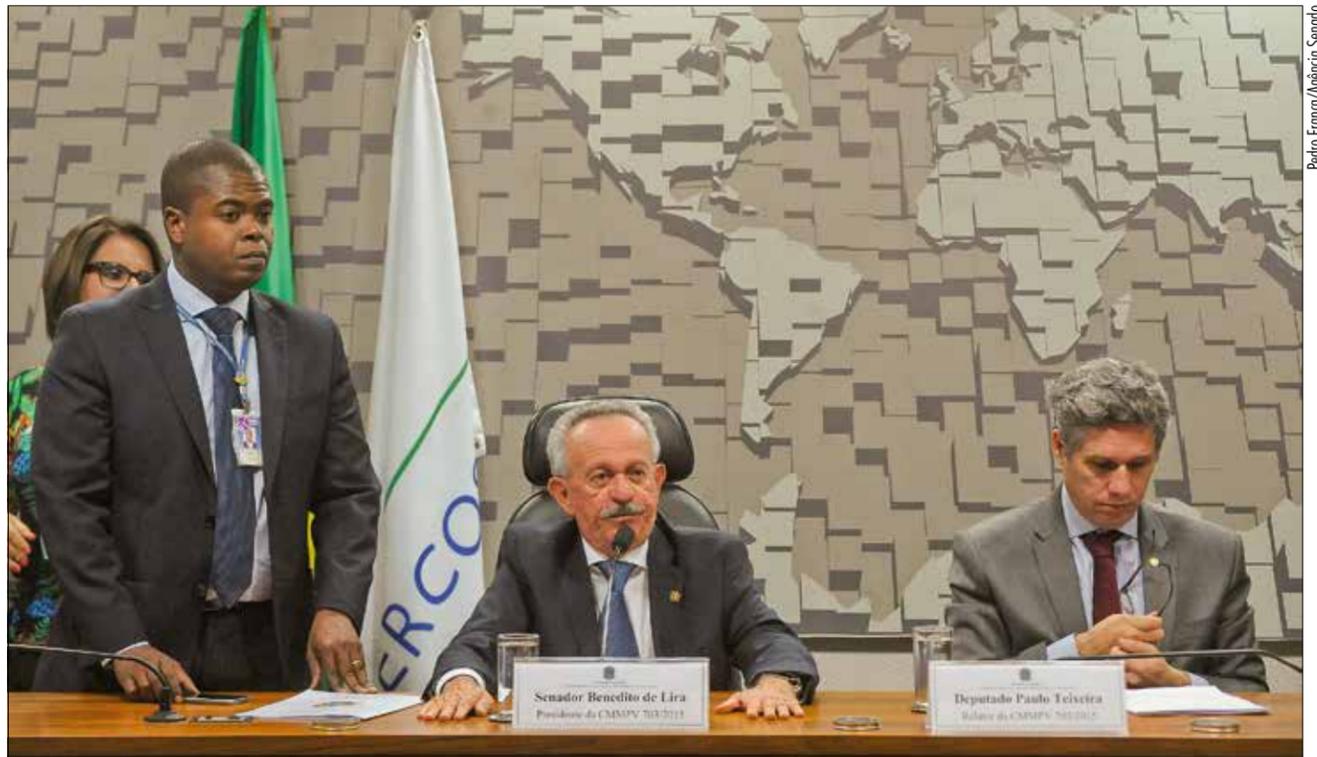
O deputado José Carlos Aleluia (DEM-BA), um dos que solicitaram o adiamento, avalia que as punições para as empresas estão muito duras.

— O espírito do projeto é bom. Precisamos ter forma legal de punir todas as pessoas que cometeram irregularidades. Mas é necessário que se encontre uma forma de não punir as empresas com pena de morte. Dar a elas a possibilidade de continuar trabalhando, desde que assumam compromissos novos — afirmou Aleluia.

O relator, Paulo Teixeira, está confiante de que seu relatório será aprovado.

— O texto foi rigoroso em termos de princípios, em termos da sua redação. Ainda que haja divergência, acho que haverá maioria para aprová-lo.

As principais mudanças que a nova



Presidente da comissão mista, Benedito de Lira (C) comanda a reunião de ontem, na qual foi lido o relatório de Paulo Teixeira (D) sobre a MP 703/2015

proposta traz, segundo o relator, tratam de mais rapidez e mais estímulo para acordos de leniência. Esses acordos permitem, por exemplo, que as empresas continuem participando de licitações, em paralelo às correções das irregularidades e restituição dos prejuízos aos cofres públicos. Hoje os acordos não são frequentes porque os processos são feitos, muitas vezes, apenas com órgãos

de controle da administração pública. E as empresas continuam sujeitas a punições propostas pelo Ministério Público. Para contornar o problema, a proposta prevê maior participação do MP nos processos.

Os parlamentares apresentaram 154 emendas ao texto do Executivo e foram realizadas duas audiências públicas. Em uma delas, representantes

de centrais sindicais de trabalhadores apontaram que a repressão aos ilícitos que vêm sendo apurados pela Lava Jato não se preocupou em manter a atividade econômica de algumas empresas, especialmente da construção civil, desempregando mais de 1,5 milhão de trabalhadores, inclusive profissionais altamente qualificados.

(Com Agência Câmara)

Colegiado debate hoje parecer sobre concessões no setor elétrico

A comissão mista sobre a medida provisória que prorroga concessões do setor elétrico deverá debater hoje o parecer do senador Edison Lobão (PMDB-MA). A MP 706/2015 estabelece o prazo de até 210 dias para que o concessionário de distribuição de energia elétrica assine o contrato de concessão ou o termo aditivo, a partir da decisão do poder concedente pela prorrogação.

Foram apresentadas 19 emendas à medida para alterar a Lei 12.783/2013 que estabelecia prazo de 30 dias para a assinatura, após a convocação pelo governo. De acordo com o Executivo, com o término dos contratos de cerca de 40 concessionárias em julho de 2015, foi regulamentada a prorrogação dessas concessões, por meio do Decreto 8.461/2015. A prorrogação foi condicionada ao cumprimento de metas de qualidade na prestação do serviço e ao desempenho econômico-financeiro das

concessionárias.

Em outubro de 2015, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) decidiu aprovar a minuta de termo aditivo ou de contrato de concessão das 40 distribuidoras de energia para prorrogar as concessões, nos termos do decreto. A agência encaminhou os documentos

ao Ministério de Minas e Energia, recomendando a prorrogação das outorgas. “Ocorre que se faz necessário maior prazo para a conclusão dos estudos por parte dos concessionários interessados”, diz a justificativa. O governo ressalta que a maioria dos concessionários já assinou os contratos ou aditivos.



MP estabelece prazo de até 210 dias para distribuidoras de energia assinarem contrato ou aditivo

Senadores sabatinam três indicados para embaixadas

A Comissão de Relações Exteriores (CRE) sabatina amanhã três indicados a chefe de missão diplomática.

Raul de Taunay é indicado para embaixador no Congo e, cumulativamente, na República Centro-Africana.

José Carlos de Araujo Leitão deve representar o Brasil em Cabo Verde. A comissão também ouvirá João Inácio Oswald Padilha, indicado para embaixador no Chipre.

Na reunião também será lido o relatório sobre a indicação do nome de José Marcos Nogueira Viana para a embaixada do Brasil em São Tomé e Príncipe. A data para a sabatina ainda será definida.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Vicentinho Alves
Segundo-secretário: Zeze Perrella
Terceiro-secretário: Gladson Cameli
Quarta-secretária: Ângela Portela
Suplentes de secretário: Sérgio Petecão, João Alberto Souza, Elmano Férrer e Douglas Cintra
Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez
Diretora-adjunta: Edna de Souza Carvalho
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Ricardo Icassatti Hermano
Diretor-adjunto: Flávio Faria
Serviço de Arte: Bruno Bazílio
Coordenação de Cobertura: Rodrigo Chia
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá
Coordenação de Edição: Silvio Burle
Serviço de Portal de Notícias: Mikhail Lopes
Site: www.senado.leg.br/noticias

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Rebelo, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella, Ronaldo Alves e Wesley Moura

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Audiência discute direitos de passageiro de avião

Comissão debate hoje proposta da Agência Nacional de Aviação Civil para alteração das regras. Fim da franquia da bagagem despachada é uma das mudanças sugeridas

A COMISSÃO DE Infraestrutura (CI) faz hoje audiência pública para discutir a proposta da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) de mudança nas regras dos direitos dos passageiros de voos domésticos.

Entre as alterações previstas pela proposta, que passou por consulta pública, estão o fim da franquia obrigatória da bagagem despachada e a possibilidade de desistência da compra de passagens em até 24 horas.

O debate foi solicitado pelos senadores Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), que é presidente da comissão, e Davi Alcolumbre (DEM-AP).

Foram convidados o diretor da Anac Juliano Noman, e o subprocurador-geral da República José Elaeres, também representante da Associação Nacional do Ministério Público do Consumidor. O presidente da Associação Brasileira das Empresas Aéreas (Abear), Eduardo Sanovicz, e o coordenador-geral de Estudos e Monitoramento de Mercado da Secretaria Nacional do Consumidor, Igor Britto, também devem participar.

A audiência pública está marcada para as 8h30 e é aberta à participação popular.



Jonas Pereira/Agência Senado

Consumidores poderão desistir da compra de passagens aéreas em até 24 horas, estabelece a proposta da Anac, que passou por consulta pública

Comissão analisa MP sobre participação estrangeira em aéreas

O setor aéreo também estará em análise hoje em outra reunião no Senado. A comissão mista encarregada de emitir parecer à medida provisória que permite maior participação estrangeira nas companhias aéreas brasileiras apresenta plano de trabalho.

A MP 714/2016 eleva de 20% para 49% o limite de participação estran-

geira no capital com direito a voto das companhias. Também permite negociação de acordo de reciprocidade (entre o Brasil e outro país) que permita a uma empresa estrangeira adquirir o controle de uma companhia brasileira, desde que uma empresa nacional possa adquirir o controle de uma aérea na outra nação.

Outra mudança é o fim do adicional de tarifa aeroportuária a partir de 1º de janeiro de 2017. O tributo é cobrado nas tarifas pagas pelos passageiros e pelas companhias aéreas sobre pouso e permanência das aeronaves.

A comissão é presidida pelo senador Hélio José (PMDB-DF) e tem como relator o deputado Zé Geraldo (PT-PA).

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar dela

Trabalho em setor com demanda variável de empregados poderá ter regra própria

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) pode votar hoje projeto de lei do Senado que cria o contrato de trabalho por prazo intercalado em setores com demanda variável de mão de obra, a exemplo do setor hoteleiro.

Isso vai permitir que os empregados desses setores sejam contratados por tempo indeterminado. Nos períodos de baixa demanda (como a baixa temporada no setor hoteleiro), o contrato poderá ser suspenso, com manutenção do vínculo empregatício. Nesse período, o trabalhador poderá exercer outra atividade.

O projeto original (PLS 107/2015), de Eduardo Amorim (PSC-SE), tratava apenas do setor hoteleiro. De acordo com o senador, o sistema de contratação proposto evitaria

a dispensa de pessoal qualificado na baixa temporada. "Em virtude dos custos suportados pelo empregador, não é interessante que o trabalhador temporário deixe a empresa, justamente após ter sido qualificado para o exercício de determinada função profissional", argumenta Amorim.

O texto tem parecer favorável do senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), que sugeriu a ampliação da abrangência da medida para outros setores com demanda variável de mão de obra, e não apenas para o setor hoteleiro.

A proposta tem decisão final na comissão. Caso seja aprovada, poderá seguir diretamente para a Câmara dos Deputados, se não for apresentado recurso para votação no Plenário do Senado.

Projeto muda cálculo do adicional de insalubridade

Está na pauta de hoje da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) projeto que altera a base de cálculo do adicional de insalubridade. A proposta, que receberá análise final no colegiado, determina que o benefício deve ser calculado sobre o salário do empregado, e não sobre o valor do salário mínimo, como estabelece a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Em relatório favorável ao texto (PLS 294/2008), o senador Vicentinho Alves (PR-TO) mantém os percentuais de 40%, 20% e 10% sobre o salário, conforme o grau de insalubridade aferido, como previsto na CLT. Ele é favo-



IMPT/PARA

Projeto afeta trabalhador com atividade insalubre, como a extração de carvão

rável, assim, a emenda com esse objetivo que já havia sido aprovada pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), em dezembro de 2010. De acordo com o projeto original, do senador Paulo Paim (PT-RS), os percentuais seriam de 50%, 30% e 20%.

O projeto é uma resposta legislativa à decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), que entendeu que a vinculação do adicional ao salário mínimo contrariava a Constituição e, por extensão, a Súmula Vinculante 4 daquela Corte.

Texto destina moradia a trabalhador da construção

Projeto que reserva 5% das unidades produzidas no Programa Minha Casa, Minha Vida aos trabalhadores da construção civil deve ser analisado hoje na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), a partir das 9h.

A proposta (PLS 331/2015), que conta com relatório favorável do senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), é da senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM). Ela observa que as exigências burocráticas do Minha Casa, Minha Vida impedem que segmentos carentes de atendimento habi-

tacional sejam beneficiados. No caso dos trabalhadores da construção civil, afirma a senadora, essa exclusão é particularmente perversa, uma vez que eles são a mão de obra responsável pelo sucesso do programa do governo.

A comissão também poderá votar o PLS 51/2016, que inclui Mato Grosso e parte do Maranhão na zona de abrangência do Fundo Constitucional do Norte (FNO). Do senador Roberto Rocha (PSB-MA), a proposta tem parecer favorável de José Medeiros (PSD-MT). O projeto será votado depois

pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), em decisão final.

Com a alteração, Rocha espera atender melhor a pré-Amazônia mato-grossense e maranhense, com a oferta ao setor produtivo de linhas de financiamento mais identificadas com os processos de produção da Região Norte. A inclusão das novas áreas ocorreria sem prejuízo da atual ação do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) e do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE).



Proposta atende setor hoteleiro, que tem demanda variável de mão de obra

Conselho Diretor da Anatel vai analisar os argumentos pró e contra o limite de banda larga fixa para tomar uma decisão definitiva, que ainda não tem data para acontecer

Debatedores divergem sobre banda larga fixa

A POSSIBILIDADE DE limitar o consumo de internet fixa, como querem as operadoras do serviço, gerou intenso debate ontem entre representantes dos consumidores e das empresas durante quase cinco horas de audiência pública conjunta das Comissões de Ciência e Tecnologia (CCT), de Infraestrutura (CI) e de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor (CMA).

Em 2015, a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) registrou cerca de 25,5 milhões de assinantes de banda larga fixa no Brasil. A internet instalada em locais residenciais e comerciais com acesso via wi-fi funciona por meio de um contrato em função da velocidade, sem limite máximo de consumo de volume de dados por mês. Já o contrato de internet móvel disponibiliza uma franquia (quantidade máxima) de volume de dados. Quando esse volume é atingido, a velocidade de acesso cai a ponto de inviabilizar a navegação.

Durante o debate, representantes dos institutos de defesa do consumidor criticaram a intenção das empresas de telecomunicações de mudar o modelo de negócio da banda larga fixa. Decisão recente da



À mesa, os senadores Hélio José, Lasier Martins e Garibaldi Alves Filho, durante explanação do conselheiro da Anatel Rodrigo Zerbone sobre franquia de dados

Anatel permitiu que as operadoras cobrem por volume de dados, e não por velocidade, como acontece hoje, mas a agência voltou atrás depois de protesto dos consumidores e proibiu por tempo indeterminado qualquer tipo de limitação à banda larga fixa.

O conselheiro da Anatel Rodrigo Zerbone disse que a prática de cobrança por franquia de dados não é proibida em nenhum país. No entanto,

a suspensão da permissão para limitar a banda larga fixa vai, segundo ele, dar tempo para que o Conselho Diretor da agência analise todos argumentos até uma decisão final, que não tem data para ocorrer.

Infraestrutura

Autor do requerimento da audiência, Wilder Moraes (PP-GO) afirmou que o problema da internet no Brasil é a precariedade da infraestrutura, que

não possibilita a ampliação da oferta. Ele disse que o regime jurídico de infraestrutura de Tecnologia da Informação não favorece investimentos de longo prazo, porque retira das empresas a posse dos bens reversíveis após o fim da concessão.

— Garantir a propriedade dos ativos é o básico.

Para o senador Walter Pinheiro (sem partido-BA), o governo federal está falhando

na condução dos serviços de telecomunicações. Para ele, é preciso derrubar a carga tributária e vincular os recursos dos fundos ao investimento no setor.

O presidente da CCT, senador Lasier Martins (PDT-RS), afirmou que a comissão vai se aprofundar nessa questão dos recursos dos fundos, que foi escolhida como política pública a ser avaliada pela comissão em 2016.

Mais pobres serão os mais prejudicados, dizem representantes dos consumidores

Para os institutos de defesa do consumidor, se a limitação da banda larga fixa ocorrer, o impacto será enorme para grande parte da população brasileira, especialmente para os mais pobres. Eles argumentaram que o direito de acesso à internet é essencial e é garantido pelo Marco Civil da Internet.

Segundo a representante do Coletivo Brasil de Comunicação Social (Intervozes), Bia Barbosa, os mais pobres serão mais penalizados porque são os que mais se utilizam de estabelecimentos que oferecem wi-fi gratuito.

— Se um estabelecimento for cobrado adicionalmente, não vai liberar mais o wi-fi de graça para ninguém.

Segundo o pesquisador do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), Rafael Zanatta, as empresas Vivo, NET e OI anunciaram, em fevereiro deste ano, planos econômicos

de banda larga fixa, com franquias de dados que variavam de 10 a 30 gigabytes por mês, o que é muito baixo se comparado a outros países.

— Se você assiste a dez horas de uma aula on-line, você gasta 1 gigabyte. E a gente está falando de um recurso que é compartilhado por toda a família.

A coordenadora da Associação Brasileira de Defesa do Consumidor (Proteste), Maria Inês Dolci, afirmou que o preço da banda larga é alto no país e que as empresas de telecomunicações são campeãs de reclamações. A Proteste constatou, em 2015, que a velocidade de banda larga ficou abaixo do contratado em 73% dos casos.

O presidente do Conselho Federal da OAB, Claudio Lamachia, alertou também para o fato de que a limitação da internet pode prejudicar o sistema eletrônico de processos judiciais.



Roque de Sá/Agência Senado



Roque de Sá/Agência Senado

Camolesi, da Vivo, e Duprat, do Sinditelebrasil, alegaram que a banda larga não é "infinita"

Para empresas, falta investimento e impostos sobre os serviços são altos

Os representantes das empresas Vivo, Net e Oi, que estiveram presentes na audiência, além do diretor do Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal (Sinditelebrasil), Carlos Duprat, disseram que a banda larga fixa não é ilimitada ou infinita. Eles argumentaram que a rentabilidade do negócio não consegue garantir o investimento necessário para a utilização de dados por meio da banda larga fixa.

— Após esse debate, os modelos limitados e ilimitados deverão coexistir. Não existe país que proíbe a venda por franquia. Outro ponto é que a rede tem capacidade finita, sim. Hoje, em torno de 2% de nossos usuários fazem uso de 22% do tráfego — afirmou o representante da Vivo, Enylson Flávio Camolesi.

Duprat argumentou que o Sindite-

lebrasil defende a liberdade na oferta de negócio e que é preciso saber qual é o perfil da internet brasileira, para identificar quem está abusando do uso de dados.

— Os abusos são esses acima de 250 gigabytes, e a informação que temos da nossa fonte é que são pouquíssimos. Nós temos aqui um subsídio invertido. É como se a gente estivesse numa churrascaria, todo mundo paga igual, mas um come e outro não come — explicou.

Os representantes das empresas também questionaram os altos impostos sobre os serviços de telecomunicações no Brasil e a razão de os recursos arrecadados pelo Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust) não serem integralmente destinados ao setor.

— Dos 90 bilhões arrecadados, apenas 7% foram aplicados — disse Duprat.



Roque de Sá/Agência Senado



Pedro França/Agência Senado

Claudio Lamachia, da OAB, e Bia Barbosa, da Intervozes: acesso à internet é direito de todos